PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL – PARANÁ
RUA TOCANTINS, 510 – CENTRO – FONE (0442) 77 – 1129
CGC/MF 80.888.662/0001-89

LEI N.º 071/93

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu **OSNEY PICANÇO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

TITULO I
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 1º - O Município de Corumbataí do Sul, promoverá a Previdência Social de seus servidores e respectivos dependentes, mediante contribuição que assegure meios indispensáveis para a manutenção dos benefícios previdenciários.

Art. 2º - A Previdência Social do Servidor Municipal de Corumbataí do Sul terá como sigla o nome de PRECOSUL e abrange:

I – Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez permanente;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária;
- d) aposentadoria por tempo de serviço.

II – Quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio funeral.

Art. 3º - Os recursos alocados ao PRECOSUL não serão utilizados para outra finalidade que não a do custeio total da Previdência Social do Servidor, sob pena de ser responsabilizado, na forma da Lei, quem assim o permitir.

CAPÍTULO II
DOS BENEFÍCIOS
SEÇÃO I
DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE

Art. 4º - A aposentadoria por invalidez permanente, será concedida ao segurado ativo que for considerado definitivamente incapacitado para o cargo ou função pública, por motivos de deficiência física, mental ou fisiológica.

Art. 5º - A aposentadoria por invalidez permanente será precedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 6º - A concessão de aposentadoria por invalidez permanente dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico pericial a cargo da junta médica.

Art. 7º - A aposentadoria por invalidez permanente será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

Art. 8º - Em caso de doença que necessite afastamento compulsório com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica, a aposentadoria por invalidez permanente independerá de licença para tratamento de saúde, e será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

Art. 9º - A aposentadoria por invalidez permanente terá proventos proporcionais ao tempo de serviço do segurado, salvo quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável avaliadas por junta médica oficial do Município, quando então os proventos serão integrais.

SEÇÃO II
DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 10º - A aposentadoria compulsória é devida ao segurado ativo que completar 70 (setenta) anos de idade, e terá proventos proporcionais ao tempo de serviço do servidor.

SEÇÃO III
DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 11º - A aposentadoria voluntária será devida ao segurado que a requerer depois de completar 30 (trinta) anos de serviços se homem ou 25 (vinte e cinco) anos se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

SEÇÃO IV
DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 12º - A aposentadoria voluntária por tempo de serviço será devida ao segurado que a requerer, depois de completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço,

se homem ou 30 (trinta) anos de serviço se mulher, ou 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e aos 25 (vinte e cinco) anos se professora, com proventos integrais, observado o disposto no Art. 40, Parágrafo Primeiro, da Constituição Federal.

Art. 13º - A aposentadoria voluntária, prevista no artigo 11, desta Lei, será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório e só será deferida aos servidores que tiverem mantido sua condição de contribuintes do regime, durante os 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores ao da entrada do requerimento de solicitação da aposentadoria.

Art. 14º - É vedado ao Poder Público Municipal a concessão de aposentadoria cumulativa com outra de natureza pública.

Parágrafo Primeiro – Verificada a inobservância do disposto neste artigo, será o beneficiário notificado para que exerça no prazo de 30 (trinta) dias, o direito de opção, sob pena de suspensão do pagamento e devolução das importâncias indevidamente recebidas.

Parágrafo Segundo – O disposto neste artigo não se aplica a percepção de aposentadoria decorrente da legítima acumulação de cargos públicos, nos termos da Constituição Federal, ou originária de contribuições a instituição oficial, sem relação empregatícia com entidades públicas.

Art. 15º - Os proventos das aposentadorias referidas nesta Lei, serão calculados nos termos da Legislação vigente.

Parágrafo Primeiro – Não serão computados para efeito de cálculo e pagamento de quaisquer benefícios estabelecidos por esta Lei, as promoções ou vantagens concedidas em desacordo com a legislação vigente.

Parágrafo Segundo – Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o órgão de origem a que pertencia o servidor, deverá juntar ao processo de requerimento ou habilitação, certidão que comprove a legalidade das promoções ou vantagens concedidas no período de 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores a data da solicitação.

Art. 16º - Para os efeitos previstos nesta Lei, será computado integralmente o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira.

Parágrafo Único – É vedada a contagem repetida de um mesmo lapso de tempo.

SEÇÃO V DA PENSÃO

Art. 17º - A pensão será devida ao conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de ausência.

Art. 18º - A pensão corresponderá a 100% (cem por cento) da remuneração ou provento do servidor.

Art. 19º - A pensão será rateada em cotas proporcionais entre todos os dependentes inscritos, cabendo 50% (cinquenta por cento) para a viúva(o) ou companheira(o) e os 50% (cinquenta por cento) restantes, rateados em cotas iguais para os demais dependentes, não se adiando a concessão por falta de habilitação de outros possíveis dependentes.

Parágrafo Primeiro – A pensão será deferida por inteiro a viúva(o) ou companheira(o) supérstite, na falta de outros dependentes legais.

Parágrafo Segundo – Se o segurado for viúvo(a) o seu cônjuge sobrevivente ou companheira(o), não tiver direito a pensão, será o benefício pago integralmente, em partes iguais, para os demais dependentes, se houver, na forma desta Lei.

Art. 20º - A cota da pensão será extinta pelo casamento ou morte do beneficiário ou pela ocorrência de qualquer evento que motive o cancelamento da inscrição.

Parágrafo Primeiro – Sempre que se extinguir uma cota de pensão processar-se-á um novo rateio entre os dependentes remanescentes.

Parágrafo Segundo – Com a extinção da cota do último pensionista, extinguir-se-á também a pensão.

SEÇÃO VI AUXÍLIO FUNERAL

Art. 21º - Em caso de falecimento do beneficiário, a família poderá requerer junto ao Fundo Previdenciário o valor de 01 (um) salário mínimo a título de auxílio funeral.

Art. 22º - Deverá obrigatoriamente acompanhar o requerimento a nota fiscal e cópia da certidão de óbito.

CAPÍTULO III DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 23º - Os beneficiários da Previdência Social que trata esta lei, classificam-se como segurados e dependentes nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

Art. 24º - São segurados obrigatórios do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei:

I – Todos aqueles exercentes de cargos de provimento efetivo ou provimento em comissão, sob o regime estatutário.

II – Na qualidade de inativos, todos os aposentados do Município, regidos pelo Estatuto do Servidor Público.

III – Na qualidade de pensionista, o conjunto de dependentes do servidor (segurado) que falecer, aposentado ou não, nos termos desta Lei.

SEÇÃO II DOS DEPENDENTES

Art. 25º - São beneficiários do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei, na condição de dependentes do segurado, respeitados os direitos adquiridos, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, salvo se inválido.

Parágrafo Primeiro – Equiparam-se a filho, nas condições deste artigo, mediante declaração do segurado: o enteado, o menor, que por determinação judicial esteja sob a sua guarda, e o menor que esteja sob sua tutela e não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

Parágrafo Segundo – Considera-se companheiro ou companheira a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou com a segurada, desde que verificada a coabitação simultânea no regime marital.

SEÇÃO III DAS INSCRIÇÕES

Art. 26º - O segurado será inscrito obrigatoriamente, como beneficiário da previdência social instituída por esta Lei.

Parágrafo Primeiro – Incube ao segurado, a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la, se ele falecer sem tê-la efetivado.

Parágrafo Segundo – O cancelamento da inscrição do cônjuge, se processa em face de separação, certidão de óbito, ou sentença transitado em julgado.

SEÇÃO IV DAS DISPONIBILIDADES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES

Art. 27º - O segurado em gozo de aposentadoria por invalidez permanente e o pensionista inválido, enquanto não completarem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a se submeterem periodicamente a exame médico a cargo da junta oficial do município para efeito de comprovarem se persiste a causa determinante da invalidez.

Art. 28º - Sem prejuízo do benefício, prescrevem em 5 (cinco) anos o direito as prestações não pagas nem reclamações na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Art. 29º - O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago ao procurador, cujo mandato não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Art. 30º - O benefício devido ao segurado ou dependente, civilmente incapaz, será feito ao cônjuge, pais, mães, tutor ou curador, admitindo-se na sua falta e período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 31º - O valor não recebido em vida pelo segurado, só será pago aos seus dependentes habilitados a pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da Lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 32º - O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente ou por autorização de pagamento.

Art. 33º - Será fornecido, mensalmente, ao segurado ou pensionista, demonstrativo das importâncias recebidas, bem como os valores discriminados, de todos os descontos ocorridos.

Art. 34º - Salvo quando o valor devido ao Fundo de Previdência do Município ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

Art. 35º - Podem ser descontados dos benefícios:

- I – Contribuições devidas pelo segurado ao Fundo de Previdência do Município;
- II – Pagamento de benefício devido por Lei;
- III – Imposto de renda retido na fonte, ressalvada as disposições legais;
- IV – Pensão de alimentos decretada em sentença judicial.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese do Inciso II, o desconto será feito em até 6 (seis) parcelas, salvo má-fé, hipótese em que o desconto será em uma única parcela.

Parágrafo Segundo – O número de parcelas poderá ser aumentado de 6 (seis) para permitir que cada uma delas não exceda a 20% (vinte por cento) do valor do benefício, conforme acordo entre o servidor e a administração.

Art. 36º - Os proventos da aposentadoria e a remuneração dos pensionistas serão revistos, na mesma proporção e data sempre que se modificar a dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos mesmos quaisquer benefício ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 37º - Por ausência do segurado, declarada pela autoridade judiciária competente, será concedida a pensão provisória aos dependentes na forma estabelecida na Seção V, do Capítulo II, deste Título.

Parágrafo Primeiro – Os dependentes de segurado desaparecido em virtude de acidente ou catástrofe, farão jus a pensão provisória, dispensada a declaração a que se refere este artigo, mediante prova inequívoca analisada pelo Conselho Curador.

Parágrafo Segundo – Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados aos beneficiários do reembolso de qualquer quantia já recebida.

Art. 38º – Exetudado o caso de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuição.

Art. 39º – Mediante justificação processada perante a Administração Municipal, poderá suprir-se a falta de qualquer documento ou fazer-se prova de fato de interesse dos beneficiários, salvo os que se referirem a registros públicos.

Art. 40º – Nenhum dos benefícios previstos nesta Lei, terá valor inferior ao salário mínimo.

Art. 41º – O décimo terceiro salário será concedido, em valor igual ao do mês de dezembro, às aposentadorias e pensões, sobre ambas deverá incidir a contribuição correspondente.

TÍTULO II
DO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
CAPÍTULO I
DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 42º – A Previdência Social estabelecida por esta Lei, será financiada mediante recursos designados a contribuição do Município e dos segurados.

Art. 43º – A receita, as rendas e os resultados de aplicações dos recursos disponíveis do Fundo, serão empregados, exclusivamente, na consecução ou aumento do valor real de seu patrimônio e na obtenção de recursos destinados ao custeio de suas atividades fins.

Art. 44.º – Para os efeitos desta Lei, entendem-se por base de contribuição:

I – Os proventos de aposentadorias, no caso de segurado inativo;

II – O valor bruto da remuneração recebida no decorrer do mês, exceto o salário família e indenizações, quando segurado ativo;

III – O valor da pensão no caso de pensionista;

IV – O valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, exceto os pagos a título de salário família e indenizações, bem como os valores creditados em folha de pagamento que tenham como conseqüência a contribuição ou obrigação para outro sistema previdenciário, no caso do município.

Parágrafo Primeiro – As bases de contribuição não poderão ter valor inferior ao salário mínimo.

Parágrafo Segundo – No caso de acumulação legal a contribuição será calculada sobre a soma de base de contribuição.

CAPÍTULO II DA CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO

Art.45º – A contribuição do município é constituída de recursos oriundos do orçamento e é calculada mediante a aplicação da alíquota de 6% (seis por cento) sobre o valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos.

Art. 46º – A contribuição será recolhida mensalmente ao Fundo de Previdência do Município, até o quinto dia útil, a contar do pagamento aos servidores municipais.

Parágrafo Único – Decorrido o prazo referido neste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão a atualização monetária, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

CAPÍTULO III DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS

Art. 47º – A contribuição dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas será de 6% (seis por cento) da base de contribuição, prevista no artigo 44 desta Lei.

Art. 48º – A contribuição dos segurados será descontada compulsoriamente pelos setores encarregados do pagamento do pessoal, e recolhida ao Fundo de Previdência do Município.

Parágrafo Único – Decorrido o prazo estipulado neste artigo, as contribuições não descontadas sujeitar-se-ão a atualização monetária sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

CAPÍTULO IV DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES

Art. 49º – Além das contribuições de que tratam os artigos 45 e 47 desta Lei, constituem receitas do Fundo de Previdência do Município:

- I – Dotações orçamentárias;
- II – Produto da alienação de bens imóveis e móveis;
- III – Legados, doações e quaisquer outros recursos de entes públicos ou privados;

- IV – Receitas de aplicações financeiras e societárias;
- V – Rendas eventuais.

Art. 50º – O Chefe do Poder Executivo Municipal será responsabilizado na forma da Lei caso o recolhimento das contribuições e de terceiros não ocorram nas datas e condições desta Lei.

Parágrafo Único – Todo segurado, detém a legitimidade ativa para requerer em juízo a prestação de contas por parte dos gerentes do Fundo de previdência e cobrar do Município a sua parcela de contribuição em favor do Fundo.

CAPÍTULO V

DA GERÊNCIA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 51º – O Fundo de Previdência do Município, criado pela Lei 063/93, será gerido:

- I – Na instância deliberativa por um Conselho Curador;
- II – Na instância executiva pelo Departamento de Finanças, o qual o Fundo está vinculado.

Art. 52º – O Conselho Curador do Fundo será composto por seis membros e seus respectivos suplentes, nomeados dentre servidores públicos ativos ou inativos e pelo Prefeito, sendo:

- I – 1 pelo chefe do Departamento das Finanças;
- II – 1 indicado pelo Legislativo;
- III – 4 servidores públicos, indicados pela categoria entre os ativos ou inativos.

Parágrafo Primeiro – Qualquer dos membros do Conselho Curador será substituído, a qualquer tempo, por iniciativa fundamentada do titular da indicação.

Parágrafo Segundo – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Curador, serão escolhidos mediante eleição procedida pelo próprio conselho, dentre os membros indicados no inciso III do “caput” deste artigo.

Parágrafo Terceiro – O ato de indicação e de nomeação deverá ser ratificado ou retificado a cada 2 anos de mandato.

Art. 53º – Compete ao Conselho Curador deliberar sobre as seguintes matérias:

- I – Plano de custeio, de aplicação de recursos, patrimônio e orçamento-programa;
- II – Prestação de contas e relatórios anuais;
- III – Aceitação de doações e legados;
- IV – Outras situações previstas nesta Lei.

Parágrafo Primeiro – A prestação de contas e o relatório anual referido no inciso II, deverão ser publicados no Órgão Oficial de divulgação do Município.

Parágrafo Segundo – O Departamento de Finanças e o conselho Curador do Fundo de Previdência, farão publicar, trimestralmente, no órgão oficial de divulgação do Município, demonstrativo financeiro e contábil que reflita o gerenciamento do Fundo.

Art. 54º – A movimentação da conta bancária, aplicação e pagamentos das responsabilidades do Fundo, serão assinadas em conjunto, pelo chefe do Departamento de Finanças, e pelo Presidente do Conselho Curador, sob a fiscalização do Conselho Fiscal, da Câmara de Vereadores e pelos demais membros do Conselho Curador.

Art. 55º – O Conselho Curador elaborará seu Estatuto de Regimento Interno, onde obrigatoriamente estipulará as funções de cada membro, e deverá ser aprovado por Assembléia dos Servidores.

Art. 56º – Os membros do conselho Curador exercerão seus mandatos sem prejuízo das suas funções como servidor municipal.

Art. 57º – Cabe, ainda, ao Conselho Curador:

- I – Propor ao Prefeito a expedição de regulamentos dos benefícios Previdenciários, nos termos da Constituição e Legislação própria;
- II – Elaborar e aprovar seu estatuto ou regimento próprio;
- III – Representar ao Prefeito com relação a atos irregulares dos administradores;
- IV – Contratar auditoria para avaliação dos atos de administração do recurso.

Art. 58º – Estão vedada as aplicações em mercados futuros a termo e de opções.

Art. 59º – A gerência dos benefícios previdenciários será de responsabilidade do Conselho Curador.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60º – Os proventos dos atuais servidores inativos, bem como daqueles que vierem a se aposentar, correrão, pelo prazo de dois anos de vigência da Lei n.º 063/93, por conta do Tesouro do Município.

Parágrafo Único – Após o decurso do prazo fixado neste artigo, o Fundo de Previdência assumirá o encargo da aposentadoria.

Art. 61º – Os proventos dos servidores que vierem a se aposentar a partir de vinte e quatro meses da data da Lei n.º 060/93, ocorrerão por conta do Fundo de Previdência.

Art. 62º – As pensões previstas neste regime serão custeadas pelo Fundo de Previdência do Município, a partir da vigência desta Lei.

Art. 63º – As receitas do Fundo de Previdência do Município, excluídas as despesas decorrentes das pensões serão destinadas integralmente a capitalização durante dois anos a partir da vigência da Lei n.º 063/93.

Art. 64º – Os servidores da administração direta passarão a ser contribuintes obrigatórios do Sistema de Previdência estabelecido nesta Lei.

Art. 65º – O Município, através do seu tesouro, é responsável subsidiariamente pelos encargos financeiros dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei.

Art. 66º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 29 de outubro de 1993.

OSNEY PICANÇO
Prefeito Municipal